

Caracterização da comercialização, geração de renda e da qualidade de vida, em tempos de pandemia, das mulheres agricultoras do sítio Piabas, Barreiros – PE

Characterization of commercialization, income generation and quality of life, in times of pandemic, of women farmers from the Piabas site, Barreiros - PE

SILVA, Patrícia Cândido de Amorim¹; FILHO, Sollon²; SILVA, Maria Lúcia Rocha da³, SILVA, Sara Laysa da⁴; COSTA, José Ronaldo Medeiros⁵; MELLO, Marcelo Rodrigues Figueira de⁶.

¹IFPE-Campus Barreiros, pcas1@discente.ifpe.edu.br; ²IFPE-Campus Barreiros, sfsf@discente.ifpe.edu.br; ³IFPE-Campus Barreiros, mlrs2@discente.ifpe.edu.br, ⁴IFPE-Campus Barreiros, SLS9@discente.ifpe.edu.br; ⁵IFPE-Campus Barreiros, ronaldo.costa@barreiros.ifpe.edu.br; ⁶IFPE-Campus Barreiros, marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas agroalimentares e economia solidária

Resumo: Avanços em políticas públicas nas últimas décadas, não fez com que a agricultura familiar deixasse de enfrentar desafios quanto à comercialização e extensão rural. Nesse contexto, o papel da mulher agricultora assume grande relevância na geração de renda através de atividades agrícolas e não agrícolas. O objetivo deste estudo foi caracterizar a comercialização, a geração de renda e a qualidade de vida, em tempos de pandemia, das mulheres agricultoras do sítio Piabas, Barreiros – PE. Foram entrevistadas quatorze agricultoras, os presidentes da associação, do sindicato dos trabalhadores rurais, do conselho de desenvolvimento rural, secretário de agricultura municipal e agente de ATER do IPA responsável pela extensão rural no município. Nas agricultoras foram observadas características semelhantes como o desconhecimento sobre as principais políticas públicas de crédito, comercialização e extensão rural.

Palavras-chave: políticas públicas; empoderamento feminino; agricultura familiar.

Introdução

Atualmente no Brasil o setor da agricultura familiar representa 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, contribuindo com 23% do valor da produção e utilizando 23% da área total no país. O setor tem importante contribuição social e econômica, empregando 10,1 milhões de pessoas, sendo 67% do total de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários, bem como, é essencial na produção de alimentos (CENSO IBGE, 2017).

Apesar dos avanços nas políticas públicas nessas últimas décadas, a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado em 1996), PAA (programa de aquisição de alimentos criado em 2003) e do PNAE (Programa nacional para a alimentação escolar criado em 2009), o segmento da agricultura familiar ainda enfrenta grandes desafios quanto a comercialização da produção e em relação a uma extensão rural mais inclusiva (VALADARES et al., 2020).

De modo geral, o empoderamento feminino contribui para o crescimento econômico, social e político. De acordo com os princípios da Organização das



Nações Unidas – ONU, sobre empoderamento das mulheres, a liderança feminina proporciona igualdade de gênero, oportunidades iguais, garantia de saúde, segurança e liberdade em cenários de violência e pleno controle da vida. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que entre as propriedades rurais de agricultura familiar, 19,7% (769.672) são atualmente dirigidos por mulheres (IBGE, 2019).

Silva et al. (2018) são bastante contundentes na análise de que a agricultura familiar, em diversos momentos, é praticada por mulheres, função que demonstra acúmulo de conhecimento e saberes ancestrais, misturados com experiências e novos saberes. Deste modo, intervindo desde a escolha e plantio de cada semente, mudas, até a colheita, em muitos casos são realizados nos seus próprios quintais. E posteriormente, uma parte dos alimentos são para o autoconsumo, e em muitos casos, os excedentes são vendidos em mercados locais, como as feiras agroecológicas ou não. O lucro destas feiras fortalece o empoderamento econômico de cada uma delas, visto que passam a “não precisar pedir dinheiro aos seus maridos”, o que gera um sentimento de liberdade e autonomia.

A pandemia ressaltou que as relações econômicas, institucionais e sociais que existem entre os diferentes atores dentro dos sistemas alimentares os tornam dependentes uns dos outros. Ficou evidente a complexidade, instabilidade e os potenciais efeitos em cascata que podem atingir todo o sistema alimentar uma vez que um componente seja afetado (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

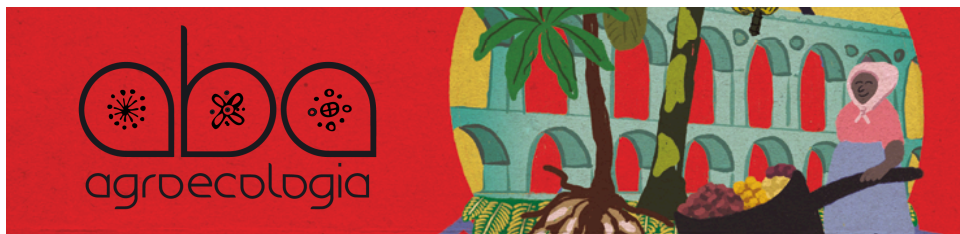
O objetivo deste estudo foi caracterizar a comercialização, a geração de renda e a qualidade de vida, em tempos de pandemia, das mulheres agricultoras do sítio Piabas, Barreiros – PE

Metodologia

O estudo foi realizado no sítio Piabas, Barreiros - PE. A comunidade e proveniente de uma área de assentamento de reforma agrária, existindo desde a década de 1950. Existe neste espaço famílias de agricultores familiares tendo como principais atividades produtivas a agricultura, caracterizada pela produção voltada ao autoconsumo e a venda do excedente em espaços locais.

Para a realização deste estudo considerou-se necessária a utilização de técnicas qualitativas (realização e interpretação de entrevistas, buscando recuperar a história e captar a percepção dos informantes) e quantitativas (aplicação de questionário). O uso conjugado desses dois tipos de abordagem visou identificar e compreender de forma mais profunda a complexidade dos processos de comercialização e geração de renda das famílias agricultoras sítio Piabas.

Ao todo foram entrevistadas 14 mulheres agricultoras na área deste estudo, além dos atores de extensão rural do município. O critério na escolha da família dessas agricultoras será atender aos critérios da Lei da agricultura familiar (Lei 11.326/06). As entrevistas foram realizadas de forma presencial. No decorrer das entrevistas, e conforme as observações expostas acima, foram realizadas perguntas no que tange a diferentes aspectos, com destaque para: comercialização, geração de renda e qualidade de vida. As entrevistas foram baseadas em indicadores sociais, econômicos e ambientais. Dentre os indicadores que foram avaliados destacam-se: *a renda bruta anual, atividades produtivas, utilização de insumos*



externos à propriedade, benefícios sociais, renda complementar, canais de comercialização, acesso ao crédito rural, acesso às políticas públicas voltadas a agricultura familiar, participação em organizações sociais, sistemas produtivos existentes, acesso a infraestrutura produtiva, efeitos da pandemia na vida das famílias e o acesso aos serviços de ATER (assistência técnica e extensão rural). Todos os dados foram sistematizados, tabulados, e agrupados no programa Microsoft Office Excel® 2010, por tabulação simples, tabelas, gráficos e figuras.

Resultados e Discussão

Foram entrevistadas quatorze agricultoras familiares na comunidade, o presidente da associação, o sindicato rural, a prefeitura municipal e o órgão de extensão rural do município. O Responsável pela associação informou que existem no assentamento Piabas 53 famílias assentadas. A associação foi criada em 2004, porém, não intercede nas propostas de compras governamentais para alimentação escolar por diversas dificuldades, o assentamento não acessa esses programas ainda.

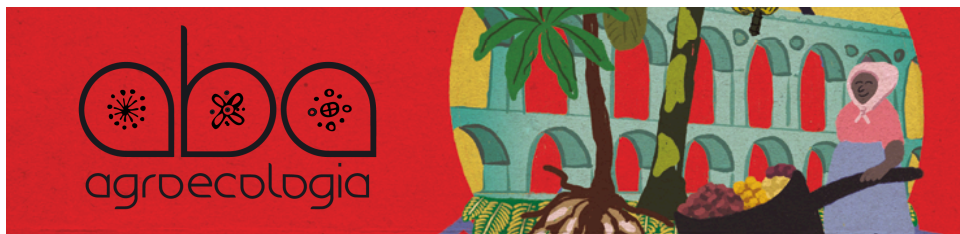
Segundo a associação e o grupo de mulheres, no assentamento nunca foi acessado o crédito rural voltado ao jovem do campo. Assim como, nunca se ouviu falar do sobre o PRONAF mais alimentos, PRONAF cooperativismo e não sabem sobre os valores destas linhas de crédito. Também não foi observado conhecimento sobre os direitos que a área possui para ter acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). Não existe nenhuma ação pública no assentamento voltada as mulheres agricultoras.

Diante da importância e necessidade dos serviços de ATER para a agricultura familiar, o Censo Agropecuário mais recente do ano de 2017 mostrou um acesso desigual das mulheres a esse tipo de serviço. Segundo o censo, no Brasil apenas 12,2% das mulheres dos estabelecimentos da agricultura familiar receberam algum tipo de orientação técnica (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

A maior parte das agricultoras entrevistadas apresentam um perfil semelhante caracterizado pelo desconhecimento das políticas públicas, baixa renda, analfabetismo e principalmente dependência dos programas de auxílio governamental. Como exemplo do perfil acima podemos citar o caso da agricultora Severina Maria do Carmo Ferreira 63 anos, estudou até a 3° série, não sabe o que significa PAA ou PNAE, muito menos acessou. Comercializa sua produção para atravessadores, nunca acessou o PRONAF, e nunca escutou falar em PRONAF JOVEM. A agricultora e o seu esposo são aposentados somando o valor de 2.424,00 e mais 500,00 que vem do cultivo. Ela considera que tem uma boa relação com o presidente da associação e a prefeitura, embora não receba serviços de ATER e nunca participou de nenhum curso relacionado a agroecologia.

Segundo Rocha Júnior (2020) as políticas de acesso ao crédito rural e à provisão pública da assistência técnica e extensão rural (ATER) são de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e a segurança alimentar do país. A assistência técnica e extensão rural (ATER) exerce um papel de fundamental importância na disseminação de novos conhecimentos e técnicas (FARIA; DUENHAS, 2019).

Considerando essa lacuna verificada entre a comunicação das agricultoras



com a associação e o poder público, foram entrevistados alguns agentes de ATER do município como por exemplo o IPA e o sindicato. O IPA elabora propostas de crédito e presta serviços de extensão. Apontou como desafio na região a comercialização. O presidente do sindicato, citou que as principais políticas públicas realizadas pela instituição destinadas a agricultura familiar é o PRONAF B e o PRONAF mulher. O sindicato acredita que a falta parcerias e colaboração da prefeitura dificulta a extensão rural no município.

De uma forma geral, todas as instituições entrevistadas atuam junto aos agricultores locais, isso não é diferente no assentamento Piabas. Entretanto, isso na maioria das vezes é realizada de uma forma descoordenada e sem o planejamento devido. Isso reflete-se na baixa renda familiar, ausência de atividades diversificadas, e principalmente, com as mulheres, ausência no acesso a políticas públicas como por exemplo o PRONAF mulher. Além disto, todas as instituições não dialogam, atuam de forma independente.

Isso observa-se claramente no acesso a todas as políticas públicas e na diferença de renda entre homens e mulheres no assentamento. Além das próprias atividades produtivas. Aos homens são atribuídas aquelas atividades vinculadas a esfera pública e à mulher a esfera doméstica. A reprodução dessa cultura acaba produzindo profundas desigualdades de gênero na sociedade (BIROLI, 2018).

Durante a pandemia, todos esses desafios e desigualdades, em especial, nas questões de gênero, foram evidenciadas. Refletindo-se até hoje na localidade em uma dependência dos auxílios governamentais sem precedentes. Destacando as inúmeras fragilidades não apenas dos grupos de mulheres deste estudo, mais em todo o assentamento quanto ao acesso a políticas públicas e geração de renda.

Conclusões

Através deste estudo, foi possível observar que o grupo de mulheres não têm informações sobre projetos ou programas institucionais voltados a agricultura familiar. Assim como, na área de estudo não existe serviços de extensão rural, em especial, que sensibilize as mulheres para ações que possam gerar renda e autonomia.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Barreiros, pelo apoio neste estudo através da concessão das bolsas de Pesquisa e extensão (PIBIC) aos alunos do curso de tecnologia em agroecologia.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. *Agric Hum Values* 37, 525-526. 2020.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Bom tempo, 2018.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura



familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE. Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: (<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>). Acesso em: 20 abr. 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura** (Tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

SILVA, M.; SILVA, L.; SILVA, T.; FREITAS, K.; JALIL, L. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. In: **Cadernos de Agroecologia**. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Brasília – DF. Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

VALADARES, A. A., ALVES, F., GALIZA, M.; SILVA, S. P. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. **Nota Técnica. INPEA - Instituto Nacional de Perícias**. Acesso em: 01 de junho de 2021.